

Sarney, 93.2

» PEDRO ROGÉRIO MOREIRA
Jornalista

José Sarney completa, neste 24 de abril, 93 anos de idade. Li no Google que o número 2 significa equilíbrio, “o número que está sempre em busca da harmonia”. Achei o título para este artigo. Os amigos que vão cumprimentá-lo amanhã não estarão participando de uma festa política em torno do mais longo homem público brasileiro em atividade, mas sim testemunhando um evento cívico. Uma festa de comunhão nacional.

Depois de atingir as cumeiras, José Sarney faz o caminho inverso ao do seu remoto antecessor Wenceslau Braz, que ficou crismado de “o solitário de Itajubá”. Ou de seu antecessor na Academia Brasileira de Letras, o grande José Américo de Almeida, que se recolheu à Paraíba para ganhar o honroso título de “solitário de Tambaú”. Solidão não combina com Sarney.

Ele participa da vida nacional até quando pratica o silêncio recomendado pelo seu tutor literário e devocional, o Padre Vieira. Semanalmente, dá o seu pitaco sobre coisas e coisas no artigo publicado em seu blog. Blog! Sarney, aos 93, é teen. Aos domingos, em sua casa, na varanda visitada pela passarinhada da Península Sul, depois da missa, sempre aparece algum fiel para lembrar uma bem-aventurança. No domingo passado, o ex-senador Chiquinho Escórcio falou:

— Presidente, o senhor é o avô do Bolsa Família.

— Eu? Avô?
— Sim! Criou o Programa do Leite, que garantiu às mães de famílias carentes o litro diário para os filhos.
— Outro dia, a cineasta Renata de Almeida Magalhães lembrou:
— O senhor é o pai do SUS.

José Sarney está afiado na memória, não estivesse ele ultimando as derradeiras páginas de uma visita literária ao seu período de governo. Preocupado em universalizar o acesso à saúde pública, como determina a Constituição Federal por ele assinada em 1988, determinou ao Ministério da Previdência e Assistência Social desenvolver um programa, chamado Suds. Nos governos seguintes, foi aperfeiçoado até chegar ao SUS atual, tão maltratado nos últimos tempos.

Ele atende o telefonema de uma senhora agradecida.

— Meu marido se endividou todo! Perdemos tudo. Só não perdemos a casa porque o senhor fez uma santa lei que não deixa o Estado se apropriar do bem imóvel único dos devedores.

Na varanda, o brigadeiro da reserva Du-rães puxa conversa sobre a amizade Brasil-Argentina:

— Devemos ao senhor o fim das disputas hegemônicas com a Argentina. Imagine que, quando fiz o curso de Estado-Maior, ainda se estudava a “hipótese de guerra” nas aulas de geopolítica.

— É verdade, brigadeiro. Eu e o Alfonsín [presidente da Argentina] firmamos um pacto de desnuclearização do Cone Sul, no momento em que militares dos dois países pensavam em desenvolver a bomba atômica apesar de signatários do Tratado de Tlatelolco.

Brindamos ao grande feito pacifista, não com a taça de vinho, tradição nas conversas da varanda. É que nos últimos três domingos, o presidente inventou de preparar, ele mesmo, na cozinha, um coquetel à base de tequila e suco de tomate. Aprendeu a receita com Miguel de la Madrid, presidente do México, na mesma época em que Sarney exercia o seu governo com moderação e equilíbrio. Excelente o coquetel: Sarney sabe como amenizar a bomba nuclear da tequila.

As conversas dominicais da varanda, testemunhadas pelo autor destas linhas, prosseguem nos dias úteis da semana, sem a presença do amigo enxerido na sala de visitas, para onde acorrem os necessitados de — não diria conselhos — necessitados de uma palavra sensata, harmoniosa, aquela do significado do número 2.

Quando saio de casa para dar minha caminhada matinal e passo diante da casa de Sarney, conto os automóveis estacionados na porta dele, alguns com placa de bronze. Puxa! Quanta gente carente neste país! E José Sarney, nas pegadas do seu venerado Padre Vieira, derrama generosidade sobre todos, em comunhão nacional.



Sinal verde e o cartão vermelho

» LUCAS KALIL
Advogado

Para atender ao anseio de recuperar o futebol brasileiro — o que é mandatório sob o ponto de vista cultural, econômico e social — foi criada a Sociedade Anônima do Futebol (SAF). Concebida como um mecanismo de profissionalização da gestão e recuperação financeira dos clubes de futebol, seria difícil acreditar que os mais graves problemas da paixão dos brasileiros, o futebol, pudessem ser solucionados em singelos 36 artigos de lei, os quais compõem a chamada Lei da SAF.

Com a promulgação da lei, foi dado o sinal verde para a implementação das SAFs no Brasil, e os clubes com situações financeiras mais calamitosas se apressaram para aderir ao novo sistema, iludidos por uma lei ineficiente. A questão que mais alarma — e nesta pequena exposição não se pretende valer-se de tecnicismos jurídicos — é que a Lei da SAF, mesmo econômica em dispositivos, alcança o nefasto recorde de desrespeitar — para não dizer ofender — a Constituição Federal em, pelo menos, quatro passagens distintas, motivo que revela a sua insustentabilidade jurídica.

Curiosamente, muito se fala em desrespeito à Lei da SAF por parte dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT), bem como em decisões arbitrárias e autoritárias. Nada disso, alguns julgadores zelosos apenas cumprem a Constituição Federal, não admitindo que o calote legal se sobreponha à mais singela garantia fundamental.

Ora, a Lei da SAF permite o esvaziamento do patrimônio dos clubes, sobretudo

com a transferência da sua atividade primordial (o futebol), que seria capaz de gerar receitas financeiras, mas mantém nos clubes todas as dívidas e responsabilidades de pagamento imediato. Nesse cenário, o credor trabalhista (cujo crédito tem natureza alimentar) simplesmente não poderá mais executar os principais ativos do clube (agora da SAF) e, muito menos, esperar que a receita imediata do futebol seja verdade para o pagamento de seus créditos. A lei prioriza a tranquilidade econômica do investidor da SAF — até agora majoritariamente vindo do exterior — em detrimento das verbas alimentares, que gozam de prioridade constitucional.

A Justiça do Trabalho então se depara com uma dicotomia complexa: deverá respeitar a Lei da SAF ou o direito fundamental do trabalhador como exige a Constituição? O segundo atropelo constitucional diz respeito ao Regime de Tributação Específico do Futebol (TEF). O regime alardeado como “benéfico e simples” é uma mentira. Em primeiro lugar, porque o Imposto de Renda (IRPJ) no regime é calculado sobre a receita da SAF, contrariando a lógica constitucional de tributação do lucro. O regime constitucional atrelado ao lucro da SAF é, analisando-se a história dos clubes, infinitamente inferior aos 5% da receita imposto pelo TEF. Considerando que os clubes (isentos de tributação da renda) são sempre deficitários, qual a maior tributação: 34% de nada ou 5% das relevantes receitas do futebol? O regime é impositivo, prejudicial e, portanto, inconstitucional.

Há ainda outra questão tributária que salta aos olhos. A Emenda Constitucional nº 103/2019 passou a impossibilitar que as contribuições sociais — as quais são indicadas e englobadas no TEF (art. 31, parágrafo 1º, inciso V) possuam base de cálculo diferenciada por setor. A Lei da SAF parece não ter se atentado para o novo comando constitucional, pois o TEF expressamente ignora a emenda, impondo a tributação sobre a receita.

Por fim, era de esperar que o “calote” licenciado pela legislação viesse com uma contrapartida social relevante a justificar a intervenção do Estado na iniciativa privada. Em respeito à nossa Constituição, pelo princípio da igualdade de gênero (art. 5º, inciso I), finalmente... a “obrigação de ter um time feminino”.

Mas calma, isso já é imposto pela CBF e pela Conmebol aos clubes e não é segredo que o investimento é irrisório para os times femininos. Então, qual a real contrapartida social que a lei impôs às SAFs? Nenhuma, é só um marketing legislativo sem nenhum efeito prático, e o futebol feminino continuará sucateado. Perdeu-se uma baita oportunidade de destaque no plano internacional sobre o necessário tema da igualdade de gênero.

Em época de SAF, a Constituição Federal parece não merecer deferência. Que o erro não se repita. Primeiro, precisa-se ajustar o sistema jurídico da SAF — precipitado, inseguro e ineficaz — para, em um segundo momento, pensar-se em Liga, sob pena de fazer com que a ansiedade de uns respingue em todos os demais clubes aderentes.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Pela beirada

Mídias sociais mostram culturas diversas invadindo a Europa. Com cidades importantes do Velho Continente, uma verdadeira onda de protestos e paralisações ameaça varrer o que ainda resiste de cultura Ocidental. A França, outrora a mais representativa nação a propagar os valores da cultura ocidental, com seus libelos de liberdade, igualdade e fraternidade e que deu impulso ao surgimento dos estados contemporâneos, vem, particularmente, sofrendo uma erupção interna deflagrada, justamente, por aqueles a quem acolheu e deu abrigo e, em muitos casos, a cidadania plena.

As manifestações de populações muçulmanas contra as tradições e a cultura local ameaçam não apenas a França que conhecemos por meio de Montesquieu, Balzac, Victor Hugo, Voltaire, Curie, Beauvoir, Sartre e uma infinidade de outros nomes ilustres, mas a França berço de nossas tradições mais caras. Agora, em Portugal, as pressões que essas comunidades estrangeiras têm feito para, inclusive, substituir as leis seculares pela sharia ou a lei islâmica, com base no Alcorão, vem aumentando seus ecos de forma assustadora. A população muçulmana em alguns países europeus e no continente em geral pode triplicar até 2050, representando até 14% do total, diz pesquisa do instituto americano Pew Research Center.

Relatos de agressões se multiplicam a cada dia. Esse mesmo fervor baseado no radicalismo religioso, aos poucos vai se espalhando por outros países, numa espécie de revival das cruzadas que, dos séculos 11 ao 13, opuseram cristãos e outros povos do Oriente, pela libertação da Terra Santa.

Trata-se, não exatamente de um mundo novo nem tampouco admirável, ante a inércia e o imobilismo impostos pela letargia, de aproveitar as brechas para migrar entre as rachaduras expostas de nossa cultura. Não por acaso, dentro desse cenário de distopias, as igrejas cristãs vêm sofrendo uma série de ataques, com depredações de parte de nosso acervo sagrado, incêndios em templos, perseguições aos clérigos e aos crentes, e todo um movimento, mais vivo do que nunca, que visa destruir alguns dos mais importantes baluartes de nossa cultura. Nesse movimento de razia contra o Ocidente, nem mesmo as famílias escapam desses ventos loucos.

» A frase que foi pronunciada

“A especulação é no comércio uma necessidade; é nos abusos, uma inconveniência; mas entre as inconveniências dos abusos e a necessidade do uso, está, em todos os casos dessa espécie a liberdade, que deve ser respeitada, porque se em nome de abusos possíveis nos quiserem tirar a liberdade do uso, talvez não nos deixem água para beber.”

Rui Barbosa

Mulheres no poder

» Nas homenagens a Brasília que aconteceram na Câmara Legislativa, a deputada distrital Paula Belmonte foi bastante elogiada pela coragem e, principalmente, pelo posicionamento político coerente. Contra ou a favor da maré, a deputada Paula luta pelos mesmos ideais, enfrentando as mais diversas ameaças. Quem participou da solenidade foi Maria de Lourdes Abadia, que destacou o trabalho de Paula Belmonte em defesa das crianças e das mulheres, além de lutar por uma capital mais justa e com oportunidades para todos.

Virtude

» Aconteceu no auditório da Cúria Metropolitana a palestra com o ministro Ives Gandra Martins Filho, com o tema Virtudes: um Ideal de excelência. O evento foi organizado pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa. Como sempre, ninguém sai da forma que entrou quando o Dr. Ives Gandra está com a palavra.

Ameaças

» Aconteceu no Gama. Um garoto de oito anos avisou à mãe. “Não vai ter aula amanhã por causa de um tal de massacre”. E completou: “Mãe, o que é isso?”

Pavor

» Por falar nisso, ao dar um pulinho na farmácia do Varjão, com o carro cheio de crianças, o cidadão se depara com um corpo baleado no meio da rua. A cena foi de horror, mas as crianças foram orientadas a olhar para o tapete do carro até segunda ordem.

» História de Brasília

A romaria de solidariedade ao Tônico, no Banco da Lavoura, é um reflexo do reconhecimento dos que construíram Brasília, para com aquele verdadeiro pioneiro. (Publicada em 18/3/1962)